

## PROJETO DE IDEÁRIO POLÍTICO DO PP DE PIRACICABA

Francisco Salgot Castillon

### I - ESTADO CORRUPTO

Embora corrupção de uma maneira geral signifique a traição da confiança pública para o lucro do indivíduo ou grupo, a noção social de "corrupção do corpo político" nada mais é que a incapacidade moral dos cidadãos de assumir compromissos até certo ponto desinteressados para com atos, símbolos e instituições que beneficiem o bem comum. Os cidadãos mostram-se incapazes ou sem vontade de fazer qualquer coisa que não lhes traga uma gratificação sensual, dinheiro ou segurança.

A corrupção é uma sanguessuga. Tira da vida social do Estado o sangue da confiança, do respeito mútuo e da fraternidade. As respostas que antes eram aceitas com naturalidade pela comunidade em questões primárias, tornam-se problemáticas. A desconfiança e a competição latente e constante entre os indivíduos mudam o sentido moral do dia a dia de cada um e os cidadãos não podem mais, nem querem, mesmo que lhes custe, assumir certos padrões de compromissos com outros cidadãos.

Para os que se aproveitam desse estado de coisas e mesmo para a maioria que resignada sofre as suas consequências, foi-lhes ensinado ou incutido considerar a corrupção como um fato normal da vida, cujas raízes estão nos defeitos da natureza humana e mais, criou-se uma inversão de valores no universo moral cotidiano em que ser esperto a custa dos outros, ser safadô, explorar e roubar "com classe" passou a ser sinônimo de inteligência, enquanto os que por questões de consciência, de educação ou formação têm dificuldades em aderir à essas ações corruptas individuais passam por incompetentes, burros ou bobos.

Este falso e errado consenso que é humano o relacionamento corrupto entre os cidadãos e as instituições tem que ser extir

extirpado, sob risco da corrupção total do Estado e da guerra de classes. E daí o caos.

Desse perigo a Sociedade tem meios de defesa: a Democracia, somente a Democracia tem condições de criar uma política honesta, com estruturas destinadas a limitar e desencorajar tendências corruptas determinadas por escolhas morais individuais e dependentes da maior ou menor capacidade de avareza e maldade.

A Sociedade torna-se indefesa quando o regime político / que lhe é imposto é uma Ditadura, civil ou militar, fascista ou marxista. Numa Ditadura, de individual a fonte de corrupção torna-se sistemática, com base em certos padrões de desigualdade que geram desintegração das formas ordenadas de vida, fazendo que as interações diárias entre os indivíduos e as instituições não mais ofereçam oportunidades normais ao exercício da integridade, do direito pessoal ou à autorealização.

A corrupção de um Estado resulta das consequências da natureza humana individual interagindo com desigualdade sistemática e permanente de riqueza, poder e "status". Sob essa desigualdade, certos grupos de indivíduos sancionaram "de facto" ou legalmente a prioridade de acesso à riqueza, ao poder e ao "status", defendendo com métodos violentos, em geral unidos / com mensagens demagógicas, os privilégios que adquiriram ou usurparam, sempre em prejuízo do bem comum.

A violência gera violência. E é isto o que a Ditadura quer. Em nome da "ordem" e da "segurança" que lhe interessa, arrocham-se as instituições, suprimem-se direitos individuais, as desigualdades são mantidas ou aumentadas e, assim, a riqueza, o poder e o "status" permanecem nas mesmas mãos.

Raramente uma revolução derruba uma Ditadura. E quando a derruba, origina outra Ditadura. Mudam-se alguns homens e o teor das mensagens demagógicas, mas a riqueza, o poder e o "status" continuam inacessíveis aos cidadãos em geral. Os privilégios de grupos permanecem, as vezes com mais sede e virulência, criando novos focos de desigualdade, a custa do bem comum, o que leva a um aumento cada vez maior do número de carentes das necessidades mínimas até para subsistência.

Ditadura é um Estado corrupto sem solução.

Na Democracia, pode haver e há corrupção, mas os cidadãos têm meios de controla-la e até evita-la.

A Democracia tem soluções para um Estado corrupto.

## II - CORRUPÇÃO MORAL

Conforme está implícito nas palavras, o bem comum traz / consigo, ao menos parcialmente, a ideia de bens que são igualmente comuns a todos os cidadãos. Bens, sem os quais a vida do homem não pode se realizar integralmente.

Dado o egoísmo humano e os conflitos próprios de um Estado, manter o bem comum exige certa lealdade aos outros homens e as políticas e as instituições que garantem aquele bem.

A lealdade declina sob a pressão da desigualdade quando os indivíduos buscam objetivos puramente egoístas ou agem segundo o interesse limitado de uma facção. Ambas as atividades visam beneficiar desigualmente indivíduos ou grupos, sem levar em consideração as consequências para a distribuição equitativa do bem comum. Os métodos de procura desses benefícios aumenta a corrupção do povo e minam as estruturas destinadas a cuidar do bem comum.

Toda Ditadura, de qualquer tipo ou coloração, expressa e transmite os dejetos de sua corrupção moral.

Corrupção moral é a perda da capacidade de lealdade. A vida moral individual torna-se progressivamente privatizada e o interesse próprio passa a ser motivo normal da maioria das ações. A privatização das preocupações morais muda o cálculo moral da sociedade. O contrato interesseiro passa a ser a relação social normal e fica sendo racional todo o arranjo por meio do qual um indivíduo obtém do outro mais do que dá. A atitude primordial entre os cidadãos e a competição desconfiada para preservar o que cada um possui e ganhar mais se possível, mandando às favas o bem comum. E quando um "vitorioso" ouve falar nesse bem, a sua reação é imediata: Bem comum? Isto é coisa de comunista. Lugar de subversivo é cadeia!

A corrupção moral individual tem o seu ápice de deslealdade no dedodurismo oficializado pela Ditadura. As denúncias e as delações, desde que interessem ao Estado corrupto, são acolhidas sem a mínima apuração da verdade. Os dedoduros são condecorados e premiados com mais algum previlégio e o "subver\_sivo" que teve a ousadia de falar em bem comum é execrado. Mas ai! de quem tiver coragem de pôr a público a menor falcatrua o corrida dentro do Estado corrupto!

A Ditadura é a antítese do bem comum, prega a deslealdade, para manter com violência e previlégio de alguns.

Ditadura é o regime de desconfiança entre os cidadãos. É o regime do medo! O povo não reclama por omissão. É por medo mesmo!

Só na Democracia podem os cidadãos livrarem-se do medo e desenvolverem propósitos e atos, que permitam a formação de uma sociedade justa.

### III - LEALDADE

Nenhuma sociedade justa, equitativa e estável pode existir, sem ter como base a lealdade, porque ela constitui o atributo moral e psicológico da virtude cívica mínima necessária à sustentação dos símbolos, das leis e das instituições do Estado.

Josiah Royce define a lealdade como sendo: "a devoção voluntária, prática e inteira de uma pessoa a uma causa."

Um homem é leal quando:

- 1º tem alguma causa a que êle é leal
- 2º dedica-se voluntária e inteiramente a essa causa
- 3º expressa sua devoção de maneira contínua e prática, agindo constantemente a serviço de sua causa."

A importância da lealdade nasce do papel central que tem na liberdade moral pessoal. Esta autonomia moral exige uma capacidade consciente de afirmar racional e emocionalmente valores impessoais, relações concretas e símbolos que corporificam tais valores. Sem essa lealdade a essas "causas", não poderíamos exercer a auto-disciplina necessária para vencer os dese-

desejos interessados, trabalhar para os outros ou mesmo para o nosso próprio bem.

O exercício do dever para com nós mesmos e para com os outros flui da capacidade de lealdade.

A capacidade de lealdade permite-nos ordenar nossas crenças e nossas vidas, criar a personalidade e a virtude em senso estrito. Portanto a lealdade é requinte moral e psicológico previo, absolutamente necessário, mas de modo algum suficiente, da liberdade moral e da fraternidade cívica.

Ditadura impossibilita a lealdade para sustentação de símbolos, leis e instituições. A lealdade imposta, sem liberdade de escolha e sem fraternidade, tem outro nome: opressão e arbítrio.

A Democracia é Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Sómente ela permite a lealdade fraterna dos cidadãos e das instituições, tendo como objetivo uma causa.

#### IV - VIRTUDE CÍVICA

Virtude cívica é fraternidade. É um dever ativo que nasce de um compromisso razoavelmente desinteressado com o bem estar do outros cidadãos e das instituições que atendem as necessidades básicas de todos os cidadãos e cuidam de sua integridade.

Ao contrário do simples consenso de opiniões, as crenças morais e as ações resultantes de virtudes cívicas tem excepcional estabilidade e possuem muita autonomia psicológica, em comparação com os interesses e inclinações pessoais. As virtudes cívicas condizem a atos, não meramente destinados a manter a estabilidade, mas também a fazer justiça, mesmo que isso acarrete certo sacrifício.

A capacidade de sacrifício disciplinado que nasce desse tipo de compromisso moral possibilita a qualquer Estado existente resolver a grande quantidade de conflitos com um mínimo de violência e um máximo de justiça.

A virtude cívica requer, pois, não somente lealdade, mas também desinteresse e adesão pessoal ao bem comum; a lealdade-

lealdade, entretanto, é uma condição prévia, pois sem ela não é possível ter desinteresse, nem compromisso com a comunidade.

É totalmente egoísta e em consequência, totalmente corrupto àquele que não possui lealdade, não possui desinteresse, / nem compromisso com o bem comum.

A virtude civil depende muito da extensão da lealdade às estruturas comunais da sociedade: município, distrito, cidade, bairro. Os hábitos, os costumes, a solidariedade e simpatia espontânea com os outros cidadãos que residem e trabalham na mesma cidade ou no mesmo bairro, dão um conteúdo diário à lealdade ativa.

Essa lealdade cívica ativa não é simplesmente um patriotismo dominado pelas emoções. Ao contrário, ela é precedida por uma reflexão racional antes de afirmar as suas convicções. Nas cidades, bairros e quarteirões as pessoas conhecem-se, relacionam-se, têm problemas afins que demandam reflexões, diálogos e soluções comuns.

Esta lealdade comunal ativa fica, naturalmente, ligada a atos comprometidos com o bem estar desinteressado dentro da família, da igreja, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das entidades fraternais de prestação de serviços e particularmente, das bases locais dos partidos políticos.

A lealdade e a virtude civil dos cidadãos geram a confiabilidade.

A Ditadura super centraliza as decisões despóticas. Praticamente o seu único vínculo com as comunidades relaciona-se com um forte e arbitrário esquema de arrecadação de tributos que sugam dos Municípios. Escapando do controle e fiscalização dos cidadãos, a produção e a riqueza que seu trabalho gera, em vez de permanecer na comunidade para ser aplicado visando diminuir desigualdades, toma rumo e destino desconhecido. A desconfiança se implanta. A virtude cívica não tem condições de se manter. As desigualdades existentes entre os grupos minoritários detentores da Riqueza, do Poder e do "Status" e a maioria carente aumentam progressivamente, transformando carência em miséria. Ditadura é o regime do mais forte. É a lei das selvas, em que o mais fraco se não morre ao nascer, vive

sendo morto um pouco, dia a dia.

A Democracia é comunitária. É o Governo do povo, para o povo e pelo povo. Nasce da escolha espontânea (Liberdade) por cidadãos que elegem outros cidadãos pertencentes a comunidade e de virtudes civis (Fraternidade) conhecidas e provadas, tendo como fundamento o bem comum (Igualdade).

Na Ditadura a desconfiança é geral e a instabilidade e, / consequentemente, a insegurança entre os cidadãos é uma disposição permanente.

Na Democracia há confiabilidade geradora de estabilidade, justiça e segurança.

#### V - SOCIEDADE JUSTA, EQUITATIVA E ESTÁVEL

As leis devem ser legisladas, promulgadas, aplicadas e administradas. Para isso é necessário que um poder e um respeito desiguais sejam atribuídos a certos cidadãos. A confiança nesses cidadãos gera a obediência espontânea, que está no âmago de um Estado justo, equitativo e estável.

No entanto, sem qualificações, a obediência as leis pode trazer estabilidade, mas não a justiça, nem a igualdade.

Há duas ordens de qualificações sobre as leis e os funcionários de um Estado não corrupto, objetivo fundamental da Democracia:

1º - As leis devem ser aplicadas igualmente a todos os cidadãos e ser administradas com justiça; essas leis devem ser criadas para beneficiar igualmente a todos os cidadãos e não a um grupo particular; e que os que fazem e administram as leis também devem ficar sujeitas a elas.

2º - A aceitação espontânea do governo tem como pressuposto que os funcionários governamentais sejam leais ao bem comum e que a dedicação seja aumentada pela competência.

No mundo real da política é extremamente difícil manter uma igualdade e assegurar ao mesmo tempo que os cargos sejam ocupados por indivíduos competentes e virtuosos.

O reino da política tende a atrair cidadãos de talento e ambição sem levar em consideração sua virtude cívica; as fraquezas da natureza humana, combinadas à tentação de abusar da autoridade oficial, reclamam limites mais controlados e fiscalizados do poder político.

A Democracia substantiva é a melhor maneira de assegurá-lo, com a participação maciça e consciente dos cidadãos, pela qual todos tem acesso aos cargos públicos e as desigualdades de riqueza, poder e "status" são contrabalançadas por um máximo de responsabilidade e virtude da maioria dos cidadãos, limitando-se ao mesmo tempo as oportunidades de mau uso do poder.

## VI - ESTADO NÃO CORRUPTO

Existem vários meios políticos que somente a Democracia pode criar e com habilidade usar para limitar a desigualdade e a corrupção.

Entre outros, os mais importantes, cremos nós, são:

1- Descentralização do poder político, com o conseqüente fortalecimento político e econômico das bases comunais, representadas pelo Município, seus distritos e bairros, onde os cidadãos residem e trabalham, vivem o dia a dia, sentem individualmente os problemas coletivos ligados ao bem comum e conhecem-se próxima e mutuamente, com possibilidades concretas de distinguir lideranças comunitárias ativas, leais, competentes e virtuosas, capazes de assumir, desinteressadamente e até com sacrifícios pessoais, compromissos com o bem comum, da falsa liderança de pessoas ambiciosas que usam o contacto e o discurso político, como meio para conquistar o poder, tendo como objetivo o interesse próprio ou de grupos particulares. Quem é corrupto em sua vida particular, familiar ou profissional dificilmente deixará de ser corrupto em sua vida pública. Quem é interesseiro antes da eleição, dificilmente deixará de sê-lo depois. Quem é incapaz de sacrificar-se em benefício dos outros, antes, dificilmente será capaz disso depois. Quem tem como objetivo primeiro de vida a riqueza, dificilmente compreenderá o sentido lato do bem comum. As bases comunitárias conhecem as pessoas que as integram; raramente se enganam e, /

quando isso acontece, nunca repetem o engano duas vezes.

2- O máximo de participação dos cidadãos nas eleições e nos cargos públicos. É a omissão da maioria que facilita que uma minoria corrupta tome conta do poder o que, sem o controle participante dos cidadãos, fica um foco gerador de desigualdades econômicas e sociais cada vez mais brutais e permanentes e como consequência, a violência em todos os sentidos. A corrupção só pode ser combatida com a participação de todos os cidadãos em todos os aspectos da vida nacional e com controle estrito de todas as fontes de desigualdade no organismo político. As mulheres, que as facções dominantes de um Estado corrupto sempre procuram manter marginalizadas do processo político, / são elementos importantes nessa participação. Sem elas, o que deveria ser a expressão espontânea de um todo social inteiro, passa a ser a expressão corrupta de metade de um todo social desintegrado. Nesse ponto, é bom lembrar que "corromper" significa literalmente "quebrar em muitos pedaços!"

3- Rotatividade constante nos órgãos governamentais burocráticos e representativos e um máximo de funções e cargos públicos preenchidos por eleições. A possibilidade dessa rotatividade participada e controlada por todos os cidadãos em eleições é a maneira mais concreta que os cidadãos têm de se defenderem da corrupção. Eleições constantes em todos os cargos dos que exercem o poder público, capazes de influir no bem comum: executivo, legislativo, judiciário, policial, sindical, educacional, sanitário, habitacional, ambiental e outros.

4- Maior democratização dos juris criminais e abertura de juris civis populares.

5- Minimização do elemento hereditário em qualquer posição.

6- Fundos tributários equitativos aos partidos políticos, a fim de possibilitar-lhes recursos que lhes permitam independência total da influência de grupos econômicos.

7- Extensão do prêmio ao mérito no exercício das funções cívicas. A reeleição de cidadãos que ocuparam ou exerceram, com devoção e virtude cargos ou funções, contribuindo para a manutenção de uma sociedade justa, equitativa e estável, desde

que essa reeleição seja desejada pela maioria de todos os cidadãos participando, é um sinal de vitalidade democrática num Estado não corrupto. É um prêmio ao mérito, assim como o é a pensão que a comunidade deve oferecer aos cidadãos que com rentidão e sacrifícios pessoais de toda ordem, inclusive de saude, exerceram o poder público com lealdade aos compromissos as sumidos com o bem comum.

A corrupção dos Estados e a corrupção dos indivíduos andam lado a lado. Por isso um problema não pode ser resolvido sem o outro. A prática política honesta exige, portanto, estruturas destinadas a limitar e a desencorajar essa tendência. Dentro das comunidades municipais, fortalecidas política e economicamente, dispondo da parte maior dos recursos gerados por elas, existe essa possibilidade, que deve ser incrementada, / concentrando esforços e verbas numa educação democrática, que vise inculcar lealdade nas relações dos cidadãos entre si e criar uma disposição geral de fraternidade e de participação política, o que naturalmente levará a um controle as grandes concentrações de riquezas e a sua melhor distribuição, assegurando a integridade pessoal e econômica de todos os cidadãos, em termos de necessidades básicas e de trabalho.

A soma das conquistas, nesse sentido, alcançadas pelas comunidades básicas municipais dará como resultado lógico um Estado democrático, justo, equitativo e estável a nível nacional.